

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1423/2019-PGJ, DE 26.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º.6.2019, em prorrogação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1424/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 22ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 6.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1425/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 30ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 15.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1426/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 31ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 2.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1427/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º.6.2019, em prorrogação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1428/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 42ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Andréia Cristina Peres da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, a partir de 21.5.2019, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1429/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 15.5.2019; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1959/2017-PGJ, de 19.6.2017, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1430/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Jardim, Lia Paim Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 6.5.2019; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1423/2017-PGJ, de 2.5.2017, que designou o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1431/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 17.4.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1432/2019-PGJ, DE 26.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça de Dourados Eteocles Brito Mendonça Dias Junior e Ricardo Rotunno para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001158-2, em trâmite perante a 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0005/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00004246-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 24 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0006/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00004594-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 24 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0007/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00004595-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 24 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0008/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, que oficia perante a Promotoria de Justiça de Rio Negro, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Protocolo n° 02.2019.00017113-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 24 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0010/2019/AOP/PGJ – SIGILO (ART. 23, VIII, DA LEI 12.527/2011)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de procedimento, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 25 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0011/2019/AOP/PGJ - SIGILO (ART. 23, VIII, DA LEI 12.527/2011)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de procedimento, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 25 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0012/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende, que oficia em substituição perante a 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00004347-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 25 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0013/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadiniky, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00004001-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 7 DE MAIO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- Ofício nº 0246/2019/CGMP/MS, de 15.4.2019.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000231-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000444-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000864-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003432-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000284-0.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003499-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004405-4.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003668-7.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000030-8.

5. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003957-7.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000965-7.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003351-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004065-8.

8. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003458-2.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002967-5.

10. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000302-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000196-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000023-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000014-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002589-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002368-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002048-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001891-6.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003363-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001395-4.

12. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004028-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000513-9.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000270-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000644-2.

2. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000067-4.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000120-0.

4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000641-6.

6.3.2. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003539-2.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000402-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000398-5.

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**a. Expedientes retirados de pauta, na reunião do dia 16.4.2018, por ausência justificada do Relator.****1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000876-2.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000855-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000281-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000293-8.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000576-5.

b. Expedientes:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001410-5.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000465-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000527-6.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000804-7.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000680-9.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001891-2.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001144-1.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000954-0.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003553-7.

9. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000204-9.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002251-6.

11. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000576-1.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002315-9.

13. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001482-7.

6.3.4. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001035-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001296-2.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000549-0.

6.3.5. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000039-6.
- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000038-5.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001146-3.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000303-3.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000431-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000412-9.

5. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000015-2.

6.3.6. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001276-2.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000364-1.

6.3.7. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000633-1.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000536-5.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte designação:**

1. Portaria nº 1322/2019-PGJ, de 15.4.2019. Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Direito Civil”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”, pelo prazo inicial de 8 (oito) dias, a partir de 23.4.2019, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2019.

7.1.2. Julgamento de Processo:**1. Procedimento de Gestão Administrativo 09.2019.00000209-4**

Requerente: Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres

Assunto: Autorização para residir em comarca diversa.

Relator Conselheiro Silvio Cesar Maluf

Retirado de pauta na reunião do dia 16.4.2019, por ausência justificada do Relator.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000378-5 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001866-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santo Antônio – Otávio Chela

Assunto: Apurar dano ambiental ocorrido na fazenda Santo Antônio, em Alcinópolis/MS, de propriedade do senhor Otávio Chela, em razão da ocorrência de assoreamento, conforme Auto de Infração nº 9056409, Série E, do IBAMA.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000648-6

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Bonito e Atratur

Assunto: Apurar notícia de que passeios turísticos do município de Bonito/MS, não estão respeitando os direitos de idosos de pagarem a meia entrada.

4. Inquérito Civil nº 6/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público do município de Fátima do Sul/MS e eventual ato de improbidade administrativa, tendo em vista irregularidades na contratação da empresa “Comuniart Comunicação & Marketing Ltda”, para prestação de serviços de publicidade ao Município de Fátima do Sul, cujo contrato tem o valor de R\$ 300.00,00 (Trezentos Mil Reais), por um período de 06 (seis) meses, bem como na execução deste contrato.

5. Inquérito Civil nº 28/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Adriano de Oliveira, proprietário da fazenda Estrela Dalva

Assunto: Apurar eventual desmatamento na propriedade com aproveitamento para carvoaria, bem como ausência de mata ciliar em cursos d'água e também desmatamento de reserva legal, fato ocorrido na fazenda Estrela Dalva, zona rural Bonito/MS.

6. Inquérito Civil nº 8/2006 - Anexo 02

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Linício Carpinelli Stefani

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na rodovia do turismo, que estão contribuindo para o turvamento e carregamento de resíduos para o leito do Rio Formoso.

7. Inquérito Civil nº 39/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e Sória & Sória Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Área R4, pertencente à Sória & Sória Ltda., localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

8. Inquérito Civil nº 2/2017

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual interrupção de transporte escolar, por parte do município de Nova Alvorada do Sul/MS, no assentamento de Volta Redonda.

9. Inquérito Civil nº 55/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual exploração de madeira, totalizando 70 árvores da espécie aroeira, na propriedade denominada fazenda São Pascoal.

10. Inquérito Civil nº 59/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Darlan Graça da Cruz

Assunto: Apurar existência de “enleiramento” de várias espécies florestais em vários pontos da propriedade, totalizando área de 19,70ha de supressão sem autorização ambiental correspondente, sendo que verificou tratar-se de uma área em fase de regeneração, o que vai a desacordo com a Resolução SEMAC nº008/11, art. 43, inciso 4º, descaracterizando a prática de limpeza de pastagem na fazenda Alegria.

11. Inquérito Civil nº 18/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Campo Grande e Rose Mary Ferreira da Cunha

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio nº 126”, pertencente a Rose Mary Ferreira da Cunha, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001698-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adão Pedro Arantes

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa e necessidade de ressarcimento ao erário, em razão da rejeição de contas municipais de Rochedo/MS, referente ao ano de 2007.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000834-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti/MS

Assunto: Apurar eventual direcionamento de procedimento licitatório deflagrado para aquisição de um veículo Ford, Modelo F-4000, pelo Município durante a atual (2012) gestão administrativa.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**a. Processos retirados de pauta, na reunião do dia 16.4.2019, por ausência justificada do Relator:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003593-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Verde de Mato Grosso e Edeval Lourenço de Castro-ME

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação da empresa requerida para locação de caminhão coletor de lixo, para atender à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, formalizada por meio do Contato nº 010/2013, decorrente do Processo nº 020/2013, com dispensa de licitação, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), pelo prazo de 06 (seis) meses.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003358-3

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa nos repasses dos convênios firmados entre a Seleta e o Tribunal de Contas do Estado.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002134-0 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002642-7

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Mariana B. Georges

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de tratamento estético exclusivo da área médica.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000980-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação das Áreas de Preservação Permanente do rio Santo Antônio e do rio Miranda, em desacordo com a legislação ambiental.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002445-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar supostas ilegalidades e eventual prática de atos de improbidade administrativa decorrentes de contratação informal de trabalhadores para limpeza de logradouros públicos, no âmbito da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul-MS.

7. Inquérito Civil nº 19/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Conveniência Amorim e E.R.E. Amorim Santos-ME

Assunto: Registrar notícia de fato para apurar eventual irregularidade ambiental consistente na poluição sonora e perturbação do sossego provocadas pelo empreendimento denominado Conveniência Amorim.

8. Inquérito Civil nº 1/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, unidade de Coronel Sapucaia

Assunto: Apurar possível degradação ao meio ambiente em razão de despejo de efluentes sanitários em via pública e em corpo hídrico superficial, inclusive podendo prejudicar a saúde da população de Coronel Sapucaia/MS.

9. Inquérito Civil nº 21/2014

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade das adaptações de acessibilidade nos ônibus do transporte coletivo de Campo Grande.

b. Processos:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001092-7**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Prefeitura Municipal de Aquidauana e Câmara Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar eventual irregularidade da empresa Vacildo de Souza Benevides Filho ME, na prestação de serviços para a Prefeitura Municipal de Aquidauana e Câmara Municipal de Aquidauana.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000130-7 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

3. Inquérito Civil nº 20/2015 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 16/2016

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Almir Brites Arruda

Requeridos: José Francisco Mendes Sampaio Júnior, vice-Prefeito de Ladário e Roberto Guimarães, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Público de Ladário

Assunto: Apurar denúncia de cumulação ilegal de cargos públicos por José Francisco Sampaio Junior e Roberto Guimarães, respectivamente Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Ladário/MS.

5. Procedimento Preparatório nº 11/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Residencial Império Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Assunto: Apurar os aspectos acerca da preservação das áreas Verdes e Institucional do Loteamento Fechado Residencial Império.

6. Inquérito Civil nº 14/1996

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clovis Renato Sandri, fazenda Xanadú

Assunto: Apurar falta de conservação de solo, erosão, assoreamento de rios, reflorestamento de reserva legal e recomposição da mata ciliar.

7. Inquérito Civil nº 4/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desvio de instrumentos musicais e uniformes de banda e fanfarras do município de Nova Alvorada do Sul/MS.

8. Inquérito Civil nº 10/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar o andamento de projeto de instalação de Pequena Central Hidrelétrica – PCH no Rio Amambai.

9. Inquérito Civil nº 42/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Tereza Cristina Pedrossian Cortada Amorim

Assunto: Apurar eventual desmatamento e agricultura na nascente do rio Aquidaban, fazenda Baía das Garças.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001232-2**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Augusto Rodrigues da Silva

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o descarte irregular de resíduos sólidos (lixos) realizado na Avenida Wilson Paes de Barros, assim como a sua imediata cessação e reparação pelos danos ambientais ocorridos.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001235-5

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a falta/insuficiência do número de Equipes ESF/quadro de profissionais na Unidade Básica de Saúde da Família-UBSF Nova Bahia, bem como se a unidade possui os equipamentos mínimos exigidos para o serviço de acordo com sua tipologia.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001029-0 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003478-2

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bulleaders

Assunto: Apurar eventual prática de pirâmide financeira pela empresa Bulleaders.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000735-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcinópolis

Assunto: Apurar eventual irregularidade e/ou superfaturamento no Processo Licitatório nº 014/2012 - Tomada de Preços nº 002/2012, bem como na execução do Contrato nº 037/2012, celebrado com a BCP Ambiental Ltda. - ME, para construção de 15 (quinze) Unidades Habitacionais de Padrão Popular do Programa “Meu Sonho, Minha Vida”, com área de 39,02m² cada, no Município de Alcinópolis.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001237-7

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a suficiência do número de Equipes ESF/quadro de profissionais na Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF São Benedito, bem como se a unidade possui os equipamentos mínimos exigidos para o serviço de acordo com sua tipologia.

7. Inquérito Civil: 06.2016.00001437-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Genivaldo Rosa Serra

Requerido: Município de Aquidauana

Assunto: Aquilatar possível prática que caracteriza improbidade administrativa, perpetrada pelo então prefeito José Henrique Gonçalves Trindade.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001418-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar falta de disponibilização de rede de esgotamento sanitário no Município de Sonora.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000844-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar notícia de irregularidades em instalação de engenho publicitário no canteiro central da Av. Weimar Gonçalves Torres.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001340-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público

Requeridos: Municípios de Mundo Novo e Humberto Carlos Ramos Amaducci

Assunto: Apurar irregularidades no Pregão Presencial n. 001/2013 realizado pela administração do Município de Mundo Novo.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002689-3

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Serviço Notarial de Registro e Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Anhandui.

5. Inquérito Civil nº 16/2015

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ingryd Cristaldo de Melo e o município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio nº 124”, pertencente a Ingryd Cristaldo de Melo, representada pelo seu pai William José de Melo, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

6. Inquérito Civil nº 41/2014

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades cometidas pelos profissionais médicos que atuam no Hospital do Câncer de Dourados.

7. Inquérito Civil nº 14/2014

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: Município de Nova Andradina
Assunto: Apurar o cumprimento pelo município de Nova Andradina/MS da Política Nacional de Atenção Básica (Portaria GM/MS nº 2.488/2011).

8. Inquérito Civil nº 53/2011

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Dourados
Assunto: Apurar a atuação do Instituto do Meio Ambiente de Dourados, fiscalização na poluição sonora emanada de estabelecimento comerciais situados no centro da cidade de Dourados.

9. Procedimento Preparatório nº 1/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerida: Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - SANESUL
Assunto: Apurar eventual retirada de árvores vitalizadas no pátio da empresa Sanesul.

10. Inquérito Civil nº 4/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Fátima do Sul
Requerente: Milton José Ribeiro Junior
Requerido: A apurar
Assunto: Averiguar possíveis irregularidades na realização do Processo Administrativo nº 25/2014, consistente na contratação de agência de publicidade para atender ao município de Jateí.

11. Inquérito Civil nº 3/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica
Requerentes: Ministério Público Estadual e os vereadores municipais Adair Tiago de Oliveira e Ronivaldo Garcia Cota
Requeridos: Município de Costa Rica/MS (Waldeli dos Santos Rosa) e a empresa Artmídia Comunicação Visual
Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa na contratação de empresa para prestação de serviços de comunicação visual.

12. Inquérito Civil nº 01/2007 (Sigiloso)

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000374-4 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000547-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: A apurar
Assunto: Apurar lesão ao patrimônio público, em razão da implantação irregular das Unidades de Saúde da Família ESF Bandeirantes e ESF São Bento, no Município de Itaporã/MS, o que foi constatado pela Secretaria de Estado de Saúde e informado através do ofício n. 9.761/2015/CECAA- SGGESSES-MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000293-5 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

4. Inquérito Civil nº 06.2018.0000867-3 – SIGILOSO

50ª Promotoria da Comarca da Execução Penal da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000037-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Calcário Miranda Ltda-EPP

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental consistente na ausência de recuperação de área utilizada para exploração/extração de recursos minerais (calcário), nos termos de autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente, na empresa denominada Calcário Miranda Ltda-EPP, situada no município de Miranda/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002162-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vital Antonio Aresi

Assunto: Apurar a responsabilidade civil do requerido, vez que constatada a presença de bovinos em área de preservação permanente, às margens do Córrego Montalvão, neste Município.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002315-2

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais de Irani Fortunato da Silva, no que concerne ao acesso à saúde.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001071-6 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00000173-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a legalidade da redução salarial dos enfermeiros lotados nos programas de Saúde Indígena, Estratégia de Agente Comunitário de Saúde e Estratégia de Saúde da Família, bem como verificar o impacto desta redução remuneratória na qualidade do serviço de saúde prestado no Município de Ponta Porã/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001891-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adelmo Perina Júnior

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Faixa Branca, nesta Cidade, em virtude da abertura de drenos em área de preservação permanente sem autorização do órgão competente.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001316-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Jardim

Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse efetuado pela Prefeitura Municipal de Jardim ao Sindicato Rural de Jardim, conforme Lei Municipal nº 002/2018, bem como possíveis atos de improbidade daí decorrentes.

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00001818-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João dos Santos

Assunto: Apurar utilização indevida, em desatendimento às prescrições legais, da Área de Reserva Legal de imóvel rural situada no Assentamento Rancho Alegre, lote 31, Corguinho.

13. Inquérito Civil nº 06.2017.00000953-5

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis IBAMA

Requerido: Fábrica Química, Petróleo e Derivados Ltda.

Assunto: Apurar o não cumprimento das normas ambientais e eventual degradação ambiental gerada pela atividade potencialmente poluidora desenvolvida pela empresa Fábrica Química Petróleo e Derivados Ltda.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00000129-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Erney Cunha Bazzano Barbosa

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades e irregularidades em pagamentos realizados pelo ex-prefeito do Município de Jardim, Erney Cunha Bazzano Barbosa, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

15. Inquérito Civil nº 06.2016.00000158-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arlindo Pereira de Souza

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Chácara Camapuã, localizada neste município de Camapuã, propriedade de Arlindo Pereira de Souza.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00002322-6 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Caarapó

17. Inquérito Civil nº 06.2018.00001822-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em virtude de despejo de efluentes em córrego localizado nesta cidade de Nova Andradina/MS.

18. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000802-9 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

19. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002962-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar questões ambientais em razão da não implementação de medidas migratórias, aos animais acidentados na BR 262 Trecho entre Três Lagoas e Água Clara.

20. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000762-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Edson Stefano Takazono

Assunto: Apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa na gestão do ano de 2011 do Prefeito Edson Stéfano Takazono, em virtude dos vícios administrativos apontados na manifestação n. 01.2017.00002980-9 da Ouvidoria MPMS, em relação ao Procedimento Licitatório Carta Convite n. 07/2011.

21. Inquérito Civil nº 06.2015.00000052-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na obra de pavimentação asfáltica da rodovia estadual MS 436, que interliga os municípios de Alcínópolis e Camapuã, passando pelo município de Figueirão.

22. Inquérito Civil nº 06.2017.00001186-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Brasilândia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação das pessoas de Valdecir Alziro Lins e Suzana Lins, para prestarem serviços de coveiros no cemitério municipal desta cidade de Brasilândia.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002630-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado em desfavor do município de Sonora-MS, através do Processo Licitatório 157/2017, pela aquisição de produtos de informática em preços superiores aos de mercado.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000461-8 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000896-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Lagoa da Mata

Assunto: Apurar notícia oriunda do Núcleo de Geoprocessamento Remoto - PGJ/MS, de eventual ilícito ambiental na fazenda Lagoa da Mata, localizada em Bela Vista, e a necessidade de regularizar a área de reserva legal e a degradação em área de preservação permanente, junto ao órgão ambiental.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000898-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

7.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003614-7 – SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003238-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Apurar a legalidade da Lei de Incentivo promulgada em favor de empresas ligadas à construção de projetos habitacionais no Município de Naviraí.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00009273-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Recorrente: Kleiton Aparecido da Silva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar supostas irregularidades praticadas por vereadores do Município de Terenos, consistentes no pagamento indevido de diárias e na compra de móveis por valor superfaturado.

4. Inquérito Civil nº 95/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requeridas: Prefeitura Municipal de Campo Grande, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em razão da existência de obra no bairro Jardim Talismã sem atualização de dados no Ministério da Educação, o que poderia causar atraso na execução física e financeira, em detrimento do interesse social.

5. Inquérito Civil nº 17/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Moisés Neres de Sousa

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa omissivo, supostamente praticado pelo Vereador Moisés Neres de Sousa no período que atuou como Presidente da Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul/MS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

Extrato do **Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**, por intermédio da **1ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS**, representada por seu Promotor de Justiça, **Daniel do Nascimento Britto**; e a **Associação Comunitária Cultural Itapoã – ACCI – Rádio Itapoã**, representada por **Edmilson Roberto Caccia**.

Processo: PGJ/10/1975/2018.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio, referente à “*veiculação do projeto denominado “Ministério Público perto de você” e de spots educativos e informativos, produzidos pela Assessoria de Comunicação (ASSECOM) do MPMS e de interesse da sociedade*”, por mais 12 (doze) meses, sem ônus para o erário.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e no Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de julho de 2003.

Vigência/Produção de efeitos: 30.07.2019 a 30.07.2020.

Data da assinatura: 9 de abril de 2019.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do **Acordo de Cooperação Técnica** celebrado entre o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**; e a **Superintendência Estadual para Orientação e Defesa do Consumidor**, representada por seu Superintendente, **Marcelo Monteiro Salomão**.

Processo nº PGJ/10/0884/2019.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; no Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003, e suas alterações; na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.

Objeto: Utilização do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC) pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, compreendendo a cessão da licença de uso do programa de processamento e gestão de dados de demandas de consumo, que possibilita o compartilhamento da base de dados estadual, apenas na modalidade de “consulta” das informações registradas pelo PROCON-MS, além de cursos e treinamentos sobre a adequada utilização da ferramenta, incluindo a análise e interpretação dos dados obtidos, especialmente dos Relatórios Estatísticos e Analíticos e do Cadastro de Reclamações Fundamentadas, sem ônus para o erário.

Vigência do Convênio: 22.04.2019 a 22.04.2024.

Data da assinatura: 22 de abril de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/4148/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **ELLO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**, representada por **Renan Bernardo Molina de Oliveira**.

Procedimento licitatório: **Convite nº 2/CPL/PGJ/2018**.

Amparo legal: Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução de obra de reforma e adaptação de ambientes no prédio principal da Procuradoria-Geral de Justiça, pavimento superior, ala "C", contemplando o serviço de reforma e construção de banheiro acessível à Pessoa Com Deficiência (PCD) para uso público (10,00 m²); bem como a demolição, retirada e reestruturação de parede e forro em *drywall*, instalação de esquadrias, assentamento de pisos e revestimentos, pintura, execução de balcão de atendimento e renovação das instalações elétricas nos ambientes da Secretaria de Distribuição de Acompanhamento Processual – SEDAP, reprografia e Central de Processamento de Dados - CPD (97,00 m²), incluindo o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamento e todos os materiais necessários.

Valor contratual total: R\$ 173.683,81 (cento e setenta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000071, de 17.04.2019.

Vigência: 25.04.2019 a 25.10.2019.

Data de assinatura: 25 de abril de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/PGJ/2018-SRP.

Processo PGJ/10/3524/2018.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.682.110/0001-43, Inscrição Estadual nº 28.298.015-6, com sede na Rua São Felix, 554, Vilas Boas, CEP 79.051-210, Campo Grande/MS, neste ato representada pelo Sr. **Luís Moreira de Lima**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10933798 SSP/SP e do CPF/MF nº 009.288.628-01, residente e domiciliado na Rua São Felix, 554, Vilas Boas, CEP 79.051-210, Campo Grande/MS, e **RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.765.877/0001-47, Inscrição Estadual nº 28.282.108-2, com sede na Rua Alexandre Farah, 80, Amambai, CEP 79.005-380, Campo Grande/MS, neste ato representada pelo Sr. **Renato Aparecido da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 489831 SSP/MS e do CPF/MF nº 638.634.301-82, residente e domiciliado na Rua Alexandre Farah, 80, Amambai, CEP 79.005-380, Campo Grande/MS.

Fundamento legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: **Substituição do Modelo: Consul CRD46AB, do item 1** - Refrigerador, frost free, duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de no mínimo 400 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, **pelo Modelo: Consul CRM45BB**; e, **substituição da Marca: Genius, do item 27** - Suporte articulado metálico para TVs 40” a 50” LCD, Plasma e LED, para instalação em teto, com giro de 360°, passagem interna de cabeamento com trava; cor alumínio ou preta, altura regulável de 1.350 a 2.220mm da fixação até o centro da TV. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação, **pela Marca: Giro-Visão**, sendo o novo modelo/marca de qualidade equivalente ou superior ao substituído, **sem ônus para o erário público**.

Vigência: 17.04.2019 a 11.12.2019.

Data da assinatura: 17 de abril de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N° 0003/2019/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000635-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Delta Prime Nordeste

Assunto: Apurar eventual fraude na contratação dos serviços oferecidos pela empresa Delta Prime Nordeste, oferecidos através do site www.planonovolar.com.br.

Campo Grande/MS, 29 de abril de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

DOURADOS**EDITAL N° 0004/2019/16PJ/DOS**

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002929-0 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002929-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: VETT – Via Express Tecnologia e Telecomunicações LTDA e outros, a apurar

Assunto: Apurar eventual direcionamento e irregularidades na execução do contrato decorrente do Processo Licitatório nº 396/2017/DL/PMD, que teve por objeto a instalação, manutenção e operação de Rede Metropolitana (MAN) no Município de Dourados.

Dourados, 29 de abril de 2019

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0010/2019/01PJ/MUV

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 06.2019.00000693-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2019.00000693-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município Mundo Novo.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito do processo seletivo simplificado n. 001/2019, do Município de Mundo Novo-MS.

Mundo Novo/MS, 26 de abril de 2019.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0005/2019/01PJ/MUV¹

Ref. Inquérito Civil n. 06.2019.00000693-5

OBJETO: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS DIANTE DA CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2019 DO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO-MS.

Exmo. Sr. Prefeito do Município de Mundo Novo-MS,

Ilustríssima Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019 do Município de Mundo Novo-MS:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, por esta Promotora de Justiça subscritora, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo as que lhe são conferidas pelos arts. 127, *caput* e art. 129, inciso II, ambos da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, c.c. artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); e artigo 44 da Resolução PGJ n. 015/2007²:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1.º da Lei n. 8.625/93 e art. 1.º da LC n. 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *"Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social"*³;

CONSIDERANDO que *"em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações,*

1 Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), "em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil".

2 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

3 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

*dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito*⁴;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *“constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”*⁵;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *“é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam”*⁶;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da *legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência*, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade significa que *“a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento”*⁷; enquanto o princípio da moralidade *“extraí-se do conjunto de regras de conduta que regulam o agir da Administração Pública; tira-se da boa e útil disciplina interna da Administração Pública (...)”*⁸, os quais são vilipendiados quando, em processo seletivo para contratação de pessoal (contratação temporária), são adotados critérios subjetivos para classificação dos candidatos;

CONSIDERANDO que o art. 37, II, da Carta Maior da República e o art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de *aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei*, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso IX, e a Constituição Estadual, em seu art. 27, IX, explicitam que *a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público*;

CONSIDERANDO que a contratação temporária somente é admitida para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, devendo observar, ainda, a regulamentação da matéria por meio de lei (no âmbito federal, a disciplina veio por meio da Lei n.º 8.745/1993; no âmbito municipal, a disciplina veio por meio da Lei Complementar n. 056/2009);

CONSIDERANDO que o processo seletivo simplificado tem por objetivo a seleção de candidatos para preenchimento, em caráter de urgência, de funções necessárias à execução de serviços para atender às situações temporárias de excepcional interesse público, não podendo prescindir da observância das regras legais, devendo respeitar os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e competitividade;

CONSIDERANDO que a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), interpretando o que deve ser entendido por “processo seletivo público” ou “processo seletivo simplificado”, estabeleceu que: *“O processo seletivo para a contratação de pessoal deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade e moralidade. Tais entidades devem abster-se de utilizar provas subjetivas ou discursivas, entrevistas ou similares sem a prévia estipulação de critérios objetivos de avaliação e permitir a interposição de recursos, constando em edital: critérios de correção e pontuação, conteúdo programático detalhado, identidade e qualificação dos membros da banca examinadora que realizarão as entrevistas, os pesos das etapas para a obtenção da nota final dos candidatos, o quantitativo de vagas para cada cargo e os critérios para desempate.”* (Acórdão 500/2010-Plenário);

4 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

5 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013, p. 49.

6 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.

7 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, p.68

8 GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 64

CONSIDERANDO que o processo seletivo que esteja conforme a Constituição Federal deve obrigatoriamente estabelecer critérios objetivos de avaliação, voltados notadamente a selecionar candidatos com base em seu conhecimento técnico, com divulgação prévia dos parâmetros, banca examinadora, bem como individualização e justificativa de notas por examinador, conforme exige o próprio TCU: *“ao realizar processo seletivo para a contratação de pessoal, observe os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da motivação, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal, atentando, especialmente, para que a previsão de avaliação de habilidades dos candidatos fique restrita aos casos em que estas sejam indispensáveis ao desempenho das funções a serem executadas, fazendo constar, ainda, a obrigatoriedade de atribuição de notas específicas, por avaliador, para cada um dos itens a serem avaliados, explicitando-se os motivos que justificaram a nota atribuída aos candidatos”* (TCU, Acórdão Segunda Turma, 3563/2006)

CONSIDERANDO, portanto, que todo processo simplificado deve contemplar critérios de avaliação objetivos, individualizados, previamente publicados e atinentes aos conhecimentos específicos exigidos para o cargo, de modo a garantir a impessoalidade, isonomia, moralidade e eficiência na seleção dos candidatos e na prestação do serviço público consequente;

CONSIDERANDO, nesse caminhar, que um processo seletivo simplificado que descumpra tais normas fragiliza a moralidade administrativa e faz aumentar a probabilidade de ilícitos, como favorecimentos e perseguições pessoais de candidatos, abuso do poder político para fins eleitorais, nepotismo, tráfico de influência, corrupção, além de outros atos de improbidade e infrações penais, a implicar eventualmente gestores, organizadores, servidores, candidatos e agentes políticos;

CONSIDERANDO, sobremais, que *“o método da entrevista deve guardar caráter essencialmente de avaliação dos conhecimentos e aptidão técnica para o cargo específico, DE MODO A AFASTAR SUBJETIVISMO, PERSEGUIÇÕES OU FAVORECIMENTOS ILÍCITOS, conforme aduz o mesmo TCU, no voto do Ministro Benjamin Zymler: “Ocorre que a entrevista com banca examinadora inserida no processo seletivo em exame não apresentou os requisitos acima referidos, pois não tinha como objetivo avaliar os conhecimentos detidos pelos candidatos (apenas pretendia validar e complementar informações aferidas objetivamente nas fases anteriores) e não oferecia parâmetros objetivos para questionamentos posteriores quanto ao resultado alcançado.”* (Emb. Declaração, Acórdão 2427/2005 – Segunda Turma, TCU):

CONSIDERANDO que *“o processo seletivo deve assegurar a isonomia entre os interessados e a impessoalidade, a transparência e a publicidade dos procedimentos. A Administração deve abster-se de utilizar provas subjetivas ou discursivas, entrevistas ou similares sem a prévia estipulação de critérios objetivos de avaliação, bem assim permitir a interposição de recursos. O edital deve conter os critérios de correção e pontuação, bem como o detalhamento do conteúdo programático da prova de conhecimento geral e específicos”* (TCU - Acórdão Acórdão 2550/2009-Segunda Câmara Data da sessão 19/05/2009 Relator ANDRÉ DE CARVALHO).

CONSIDERANDO que, ainda sobre a realização de entrevistas, o TCU determinou que esta fosse suprimida sempre que sua finalidade não fosse avaliar os conhecimentos dos candidatos por meio de critérios objetivos pré-fixados e com conteúdo programático previamente divulgado em edital (Acórdão 2427/2005 – Segunda Turma, TCU);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, através de Notícias de Fato registradas na Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, informações no sentido de que no processo seletivo realizado pela municipalidade, a nota final dos candidatos agrega a contagem dos títulos mais entrevista, sendo ambas as fases de igual valor, possuindo, desta feita, caráter subjetivo, tanto é que, quanto ao cargo de Dentista, figuraram, respectivamente, em primeiro e segundo lugares, o irmão da Vice-Prefeita e a filha de um vereador do Município;

CONSIDERANDO que o Edital de Abertura do processo seletivo simplificado n. 001/2019 apresenta patentes e graves ilegalidades, especialmente pelo fato de os métodos de seleção adotados não contemplarem nem especificarem critérios de avaliação minimamente objetivos, claros e detalhados, e ainda sem guardar referência com as habilidades técnicas específicas para o desempenho das funções do cargo;

CONSIDERANDO que, compulsando o edital do processo seletivo simplificado n. 001/2019, verifica-se que a seleção compreendeu a realização de prova prática (apenas para alguns cargos específicos), avaliação de títulos e entrevista pessoal (esta para todos os cargos);

CONSIDERANDO que, ainda em análise ao edital do processo seletivo simplificado supracitado, na etapa de “Entrevista” (item 7), somente foram relacionados os aspectos relativos a postura e a reação às perguntas colocadas, sem discriminar os critérios objetivos e detalhados a serem adotados na avaliação e na pontuação, gerando peremptório subjetivismo, insegurança e intangibilidade do método e do resultado, absolutamente incompatíveis com o regime jurídico administrativo pátrio;

CONSIDERANDO, ainda no método da “entrevista”, que não houve sequer previsão dos respectivos critérios de correção e pontuação para cada ponto a ser examinado pela Comissão, violando os princípios basilares da administração pública, sobretudo o da impessoalidade, moralidade, publicidade e da isonomia, porquanto, com isso, sequer se torna hábil a irresignação recursal por parte dos candidatos;

CONSIDERANDO que se revela demasiadamente subjetivo os critérios previstos no edital do processo seletivo no que tange à etapa da entrevista (7.3.3. *perfil do profissional*; 7.3.4 *grau de interesse*; 7.3.5. *habilidades*; e, 7.4. *O candidato será avaliado por sua aptidão, pela sua postura, pela sua capacidade de liderança, dinamismo, capacidade de planejar e programar atividades, afinidade por ações do cargo concorrido e gosto pelo trabalho individual ou em equipe, mediante simulação de situações de problemas da comunidade*), pois, além de conferir à comissão organizadora incondicional domínio sobre o julgamento do concurso, o que assoma-se inadmissível, uma vez que, muito embora tal certame seja simplificado e não confundível com um concurso público, ele deve guardar obediência aos princípios insculpidos no art. 37 da Carta Magna, ainda não traça previamente critérios objetivos para a correção e pontuação, inviabilizando, assim, a possibilidade de revisão do resultado obtido pelo candidato;

CONSIDERANDO, também, que, vislumbrando o resultado preliminar do processo seletivo, publicado em 24.04.2019, verifica-se que foi divulgada somente a pontuação final dos candidatos, não sendo, assim, possível constatar quanto cada candidato recebeu de nota por cada etapa (*isto é, qual foi a nota da avaliação curricular de cada candidato e qual foi a nota da entrevista*);

CONSIDERANDO, ademais, que, na presente data (26.04.2019), realizou-se inspeção na Prefeitura Municipal, solicitando informações acerca das notas individualizadas dos candidatos de acordo com as respectivas fases (*ou seja, a nota da etapa da avaliação curricular e a nota da etapa de entrevista*), oportunidade em que esta Promotora foi cientificada de que inexistia uma relação formal das notas dos candidatos por etapa, sendo necessário analisar a documentação individualmente para saber quanto cada um recebeu pela entrevista e pela análise curricular;

CONSIDERANDO que, durante o exame de cópia dos documentos apresentados dos dois candidatos citados na notícia de fato que deu ensejo ao presente procedimento, quais sejam, Stefano Fabiano Ivante Lucca e Kassielen Castello Amaral, foi possível constatar, facilmente, que a nota atribuída à fase de entrevista é sobremaneira subjetiva, porquanto constata-se que foram formuladas 05 (cinco) questões aos candidatos, todavia, não constam quaisquer respostas às indagações por escrito (ou mesmo anotações sobre elas), mas tão-somente as notas atribuídas a cada uma das perguntas;

CONSIDERANDO, outrossim, que, ainda durante a documentação colhida por amostragem dos dois candidatos, foi possível constatar que as notas recebidas por Stefano Fabiano Ivantes Lucca e Kassielen Castello Amaral na fase de entrevista (uma das etapas do processo seletivo) é a mesma nota final publicada (*a nota final, em verdade, deveria ser o resultado da média aritmética das notas obtidas na avaliação curricular e na entrevista, conforme item 9.1 do edital*);

CONSIDERANDO o remansoso posicionamento jurisprudencial mais abalizado, no sentido de que “a realização de entrevistas individuais que possam imprimir qualquer subjetivismo, preferências ou preterições aos resultados violam o princípio da impessoalidade. A entrevista como fase de seleção para ingresso no mestrado deve ter caráter objetivo, tornando possível o controle da autoridade administrativa, não ficando os candidatos submetidos ao livre critério de definição dos examinadores” (TRF 5ª R.; AC 0001492-20.2008.4.05.8100; CE; Primeira Turma; Rel. Des. Fed. Francisco Cavalcanti; DEJF 29/04/2013; Pág. 57)⁹;

9 No mesmo sentido, inclusive, em caso similar, já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, in verbis: “E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – SELEÇÃO PARA MESTRADO – INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO – AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO – DECADÊNCIA – PRELIMINARES REJEITADAS – FASE DE ENTREVISTA – REQUISITOS LEGAIS – INOBSERVÂNCIA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS IMPROVIDOS. - Nos termos do artigo 100, IV, “b”, do Código de Processo Civil, é competente o foro do lugar onde se acha a agência ou sucursal quanto às obrigações que ela (sucursal) contrair. - Tal unidade, por ter aplicado a prova impugnada, é parte legítima para a ação. - É dispensável a citação dos demais candidatos do certame como litisconsortes necessários, mesmo os aprovados que não detêm direito líquido e certo à nomeação, sobretudo em certame de legalidade duvidosa. - O termo a quo para a contagem do prazo decadencial para o mandado de segurança, quando o ato apontado como coator não recai na exigência contida no edital que inaugurou o certame, e, sim, no ato que considerou o impetrante inapto na entrevista que entende irregular, deve ser contado deste último. - Tratando-se de fase de entrevista para seleção de candidatos a mestrado, devem ser devidamente respeitados os seguintes requisitos: existência de previsão legal, cientificidade e objetividade dos critérios adotados, e possibilidade de revisão do resultado obtido pelo candidato. Nesse sentido, é vedada a existência de subjetivismo e de sigilo no exame mencionado, sob pena de

CONSIDERANDO, nessa linha de raciocínios, que o edital do processo seletivo simplificado n. 001/2019, a forma de avaliação efetivada e a maneira de publicação do resultado preliminar (constando apenas a nota final, e não as notas específicas das etapas e, em seguida, a média aritmética – nota final) violaram os princípios da impessoalidade, isonomia, publicidade e moralidade, além de malferir a ampla e justa concorrência entre os candidatos;

CONSIDERANDO que a inobservância dos princípios basilares da administração pública, por ação ou omissão, podem caracterizar ato de improbidade administrativa do agente público responsável, nos termos do artigo 11 da Lei n. 8.429/92, dando origem à Ação Civil cabível;

CONSIDERANDO, por derradeiro, que no âmbito da autotutela administrativa, é dever do administrador anular atos e processos administrativos eivados de ilegalidades (Súmula n. 473, do STF), sob pena inclusive de sua responsabilização, conforme o caso, sem prejuízo da anulação do ato pela via coercitiva judicial;

Resolve, atuando no âmbito do Ministério Público Resolutivo, RECOMENDAR ao Exmo. Sr. Prefeito de Mundo Novo-MS e à Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019 do Município de Mundo Novo-MS que:

I) No exercício da autotutela administrativa, proceda-se, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), a contar do recebimento desta, à ANULAÇÃO do processo seletivo simplificado n. 001/2019, incluindo todos os atos, processos, avaliações, recursos, incidentes e resultados no âmbito deste certame, com a consequente anulação de todo e qualquer ato de admissão, contratação, nomeação e posse das pessoas selecionadas a partir de tal processo seletivo;

II) ABSTENHA-SE, a partir do recebimento desta, de publicar edital de abertura de inscrições, bem como de deflagrar, instruir e conduzir processo seletivo público que possa violar quaisquer dos fundamentos jurídicos explicitados ao longo desta recomendação, máxime o princípio da impessoalidade;

Espera o Ministério Público De Mato Grosso Do Sul o atendimento desta recomendação, informando que a presente dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas cabíveis.

Cientifiquem-se o Prefeito Municipal e Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019 do Município de Mundo Novo-MS para que informem, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Burila-se, oportunamente, que o exíguo prazo concedido para a resposta justifica-se diante da urgência que permeia o caso concreto, por gerar expectativa de contratação nos candidatos tidos como aprovados, bem como por desencadear uma série de *denúncias* junto aos órgãos respectivos (*apenas na data de 25.04.2019, foram registradas 04 – quatro – notícias de fato junto à Ouvidoria do Ministério Público Estadual acerca da irregularidade do processo seletivo simplificado em apreço*).

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente Recomendação:

I. Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

II. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP;

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Mundo Novo, 26 de abril de 2019.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

violação dos princípios da legalidade e da impessoalidade. Recursos improvidos.” (TJMS - Apelação / Reexame Necessário - Nº 0801847-86.2013.8.12.0018, 3.ª Câmara Cível. Rel. Des. Oswaldo Rodrigues de Melo, julgamento em 07 de janeiro de 2014).

PONTA PORÃ**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0034/2019/01PJ/PPR**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 09/08/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Eduardo Martins Peixoto e Maria Ramona Fuchs Peixoto, proprietários do imóvel rural denominado Fazenda Castelinho, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00001291-8, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 26 de abril de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO**EDITAL Nº 002/2019/01PJ/JIM****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os procedimentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2019, nos termos do artigo 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, à 1ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS, localizada na Rua. Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Ribas do Rio Pardo, 26 de abril de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça em Substituição Legal

| PROVENIÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo) | | | PROCEDÊNCIA (1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Pardo/MS) | | |
|--------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------|
| Órgão/Setor: 1ª PJ Ribas do Rio Pardo | | | Órgão/Setor: PJ Ribas do Rio Pardo | | |
| LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 06/2019 | | | | | |
| CLASSE | SUB CLASSE | DOCUMENTO | JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO | ANO INICIAL | ANO FINAL |
| 200 | 063 | Procedimentos extrajudiciais: Inquéritos Civis 01/2005; 33/2011; 5/2010; 37/2011; 7/2010; 9/2011; 40/2011; 3/2011; 5/2009; 11/2011; 49/2011; 46/2011; 13/2011; 27/2011; 6/2010; 14/2010; 62/2011; 4/2008; 56/2011; 64/2011; 34/2011; 9/2013; 15/2012; 3/2008; 3/2005; 32/2011; 19/2008; 30/2012; 7/2013; 4/2013; 3/2009; 14/2011; 42/2011; 12/2010; 07/2012; 35/2008; 67/2011; 60/2011; 43/2011; 13/2012; 18/2008; 58/2011; 57/2011; 63/2011; 28/2011; 18/2010; 10/2013; 03/2010; 33/2008; 1/2012; 20/2010; 13/2010; 05/2012; | Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda | 1996 | 2014 |

| | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|------|------|
| | | 20/2011; 29/2011; 53/2011; 10/2011; 35/2011; 11/2012; 30/2011; 01/2013; 45/2011; 09/2012; 4/2014; 16/2010; 001/2011; 19/2011; 51/2011; 20/2008; 42/2008; 50/2011; 10/2008; 15/2011; 19/2010; 15/2010; 04/2011; 12/2013; 14/2008; 06/2012; 17/2011; 12/2012; 44/2011; 38/2011; 11/2013; 66/2011; 06/2013; 12/2011; 24/2011; 48/2011; 36/2011; 25/2011; 26/2011; 10/2012; 02/2010; 09/2010; 02/2013; 23/2011; 02/2001; 03/2003; 24/2008; 38/2008; 21/2008; 07/2004; 06/2005; 07/2011; 43/2008; 01/2010; 06/2004; 03/2005; 17/2008; 13/2013; 54/2011; 05/2013; 08/2013; 01/2001; 04/1996; 11/2010; 02/2011; 02/2004; 01/2004; 01/2003; 41/2008; 16/2011; 17/2010; 14/2012; 21/2011; 05/2005; 05/2003; 52/2011; 02/2005; 39/2008; 55/2011; 34/2008; 04/2010; 40/2008; 65/2011; 05/2011; 10/2010; 02/2012; 9/2011; 18/2011; 03/2013; 05/2014; 04/2009; 36/2008; 04/2005; 05/2004; 03/2004; 04/2004; 06/2003; 04/2003; 01/2006; 02/1996; | | | |
| 200 | 066 | Procedimento de Investigação Preliminar PIP: 03/2001; 05/2011; 01/2008; 01/2010; ; 11/2010; 13/2010; 14/2010; 10/2010; 08/2010; 16/2009; 18/2010; 04/2008; 09/2010; 43/2010; 02/2010; 22/2010; 15/2014; 02/2008; 13/2009; 48/2010; 06/2009; 21/2010; 09/2009; 41/2010; 14/2009; 24/2010; 05/2010; 06/2010; 38/2010; 16/2010; 25/2010; 21/2011; 01/2011; 14/2011; 03/2009; 02/2009; 01/2009; 03/2008; 10/2009; 11/2009; 15/2009; 06/2008; 05/2008; 05/2009; 28/2011; 19/2010; 15/2011; 07/2011; 08/2009; 31/2011; 45/2010; 44/2010; 40/2010; 39/2010; 01/2001; 02/2001; 07/2010; 53/2010; 12/2010; 47/2010; 49/2010; 55/2010; 37/2010; | | 2001 | 2013 |
| 200 | 066 | Pedido de Providências PE PROV: 09/2011; 13/2011; 11/2011; 17/2011; 16/2011; 12/2011; 02/2011. | | 2011 | 2011 |
| 200 | 066 | Procedimento Preparatório PP: 22/2008; 28/2008; 05/2008; 23/2008; 32/2008; 11/2008; 45/2008; 13/2008; 06/2008; 27/2008; 08/2008; 30/2008; 44/2008; 07/2008; 26/2008; 08/2012; 03/2012; 04/2012; 06/2015; 23/2015; 28/2015; 07/2015; 05/2016; 03/2016; 06/2016; 08/2016; 14/2015; 19/2015; 10/2015; 21/2016; 20/2016; 24/2016; 04/2016; 18/2016; 05/2016; 22/2016; 03/2016; 10/2016. | | 2008 | 2016 |
| 200 | 063 | Procedimento de Investigação Criminal PIC: 01/2013; 02/2010; 01/2009; 01/2016; 01/2014. | | 2009 | 2016 |
| | | | | | |
| Responsável pelo preenchimento: Istanisley C. Camargo Fontebassi, Técnico I, matrícula 800604-0 Data do preenchimento: 26/04/2019 | | | | | |

RIO BRILHANTE**EDITAL N° 004/2019****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n° 004/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça Rio Brilhante/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS até o 5º (quinto) dia subsequente à publicação deste.

Rio Brilhante/MS, 26 de abril de 2019.

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N° 004/2019

| PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante | | PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------|--|
| Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS | | Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS | | |
| TIPO DOCUMENTAL | JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES | ANO INICIAL | ANO FINAL | |
| NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL | | | | |
| Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.002- Correspondências expedidas – ofícios expedidos – 1993 a 2011 | Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. | 1993 | 2011 | |
| Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.001- Controle de processos recebidos e devolvidos de 1994 a 2010 | Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. | 1994 | 2010 | |
| Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 000.003- Correspondências recebidas – ofícios recebidos – 1993 a 2011 | Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. | 1993 | 2011 | |
| Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.007- Notificações expedidas – 2004 a 2009 | Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. | 2004 | 2009 | |
| Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.013- Manifestações diversas em processos Judiciais – 1993 a 2008 | Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. | 1993 | 2008 | |
| Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.004- Termos/oitivas de declarações – Registros de atendimento – 2006 a 2009 | Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. | 2006 | 2009 | |
| RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: | | | | |
| Rio Brilhante: 26 de abril de 2019 | | | | |
| Valter Ribeiro dos S. Jr Wille | | | | |
| Técnico II | | | | |